
ORGANISMOS AUTÓNOMOS

UNIVERSIDADE DO PORTO

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Despacho

Atendendo ao bom desempenho profissional de Eduardo Miguel Vieira de Amorim e em virtude de se manter vigente o motivo que originou a celebração do contrato de trabalho a termo certo, determino que o mesmo seja renovado por igual período, com início em 1 de Agosto de 2006.

20 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*. 3000212455

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ**Aviso**

Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário da carreira de arquitecto do grupo de pessoal técnico superior.

Nomeação

Para efeitos do disposto na alínea *a)* do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que, de acordo com a acta do júri do concurso em epígrafe, nomeei, definitivamente, com dispensa de frequência de estágio, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2006, em técnico superior de 2.ª classe — arquitecto, escalão 1, índice 400, Ana Sofia Morais de Almeida Coutinho Cabeceiro.

A candidata deverá tomar posse no cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

A presente nomeação não carece de visto do Tribunal de Contas.

5 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento*. 3000215462

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**Aviso n.º 69/DADT**

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em juntar os lotes 66 e 67 num só lote, o lote n.º 66, e legalização das obras de ampliação já efectuadas das construções previstas para esses lotes, sito em Cabanas, freguesia de Dume, Braga, em que é requerente Agovi — Sociedade Industrial de Rectificações do Minho, L.ª

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos, relativamente à pretendida operação urbanística, os quais serão, posteriormente, objecto de resposta fundamentada, perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com instrumentos de gestão, territorialmente eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos

respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidos por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sito no Edifício do Pópulo, Braga.

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 3000215441

Aviso n.º 70/DADT

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em anexação aos pares dos lotes A1, A2, A3 e A4, formando-se apenas dois lotes (A1 e A2), elevação das cotas de implantação das moradias das bandas g e h, excepto da do lote g1, prolongamento das caves das moradias dos lotes i1 a i7 e j1 a j7 até ao limite dos logradouros posteriores e ampliação dos lotes c1 a c4, d1 a d7, g1 a g10, h1 a h7, e1, e5, f1 e f7, reduzidas as áreas de construção dos lotes e2, e3 e f2 a f6, e modificação e redução global do espaço verde, sito no Monte de Vergadela, freguesia de Gualtar, Braga, em que é requerente Constantino Vieira Caldas e Irmãos Borges — Imobiliária, L.ª

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos, relativamente à pretendida operação urbanística, os quais serão, posteriormente, objecto de resposta fundamentada, perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com instrumentos de gestão, territorialmente eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidos por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sito no Edifício do Pópulo, Braga.

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 3000215443

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA**Aviso****Nomeação em comissão de serviço**

Por despacho do presidente da Câmara Municipal de 1 de Setembro de 2006:

Victor José Rocha Pinto da Silva — nomeado, em regime de comissão de serviço, para o lugar de secretário do seu Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006, inclusive.

1 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Paulo Ramalheira Teixeira*. 1000305563

Aviso**Aposentação/desligação do serviço/vacatura de lugar**

Torna-se público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 100.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, que foi desligado do serviço, para efeitos de aposentação, com efeitos desde 1 de Setembro de 2006, inclusive, o encarregado José Maria Nunes dos Santos. O montante da pensão foi-lhe fixado, pela Caixa Geral de Aposentações, no valor de 793,74 euros. A desligação do serviço originou a vacatura de um lu-

gar na carreira/categoria de encarregado do grupo de pessoal de chefia operário do quadro de pessoal desta autarquia.

4 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui César de Sousa Albergaria e Castro*.
3000215459

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 28 de Agosto de 2006, foi nomeada, definitivamente, após aprovação em estágio, e homologação da acta de classificação final, por meu despacho de 25 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a candidata classificada em 1.º lugar, no concurso externo de ingresso para provimento de um estagiário para um lugar de técnico de 2.ª classe (turismo), aberto por aviso datado de 16 de Fevereiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 44, de 3 de Março de 2005.

1.º Ana Maria Carolina Guerreiro — 16,2 valores.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

28 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000305533

Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 25 de Agosto de 2006 e ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi deferido o pedido de licença sem vencimento, por 90 dias, ao funcionário desta autarquia António Manuel Torres Guerreiro, na categoria de nadador-salvador, com início no dia 19 de Outubro de 2006.

29 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000305534

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso

Admissão de cinco vigilantes de floresta para a Serra do Viso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 6 de Julho de 2006, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, pelo período de cinco meses, os indivíduos abaixo mencionados, para exercer funções de vigilantes de floresta, com início de funções em 7 de Julho de 2006, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Élio Benjamim Teixeira Pereira.
Ricardo Jorge Pinto Silva.
Francisco Magalhães Gonçalves.
Carlos Henrique Magalhães Sousa.
Armando Sérgio Carvalho Sousa.

5 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305548

Aviso

Admissão para cinco vigilantes de floresta para a serra de Infesta e Ourilhe

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 6 de Julho de 2006, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, pelo período de cinco meses, os indivíduos abaixo mencionados, para exercer funções de vigilantes de floresta,

com início de funções em 7 de Julho de 2006, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Pedro Daniel Marinho Carvalho.
Daniel Fernando Fernandes Marinho Gomes.
Jorge Fernando Teixeira Costa.
Tito Lívio Costa Freitas Domingues.
Agostinho Gonçalves Magalhães Coelho.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305549

Aviso

Denúncia de contrato de trabalho a termo certo

Em cumprimento do estipulado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi denunciado em 20 de Julho de 2006, pelo trabalhador Pedro Daniel Marinho Carvalho, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado a 7 de Julho de 2006 com a categoria de vigilante de floresta.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305550

Aviso

Nomeação de um vigilante de floresta

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2006, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, Teófilo Luís Costa Freitas Domingues, para exercer funções de vigilantes de floresta, com início em 31 de Julho e término em 6 de Dezembro de 2006, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305551

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso

Discussão pública

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 11/86 — processo n.º 166/85, alteração esta requerida pela Câmara Municipal de Esposende, com sede na Praça do Município, freguesia de Esposende e concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 00051/110386, da freguesia de Esposende.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias, contados após passarem outros 15 dias sobre a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o processo se encontra patente, para consulta, na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Esposende, sita no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, em Esposende.

As reclamações, sugestões ou meras observações deverão ser entregues, por escrito, no local acima referido, durante o prazo de discussão pública.

6 de Setembro de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*).
3000215464